



1

Dois anos passados de governação do PS, no momento em que é conhecida a proposta de Orçamento do Estado para 2018, a plataforma Cultura em Luta — associação informal de dezenas de estruturas culturais e representativas do trabalho cultural, em todos os seus sectores — vem manifestar a sua profunda insatisfação com o rumo até agora seguido e aquilo que este orçamento revela quanto ao futuro.

A política cultural do governo do PS não trouxe, no essencial, nenhuma viragem em relação ao desastroso percurso de décadas que nos conduziu até aqui.

Permanecem as linhas essenciais de desvalorização, de empobrecimento, de elitização, de desresponsabilização e de investimento anémico na actividade cultural. Permanece a degradação do trabalho cultural. Permanece o conflito com o imperativo constitucional de democratização da cultura, que obriga o Estado a disponibilizar os meios à altura dessa missão e das necessidades do povo português.

Em dois anos, não se verificaram passos sérios no sentido inverso ao das políticas do passado. Não foram e não são apresentadas metas concretas que apontem para um patamar de financiamento substancialmente diferente, adequado às exigências da actividade cultural, consistente com o papel da cultura na sociedade. Continuamos a perder tempo.

Agravou-se, a devastação que assola a actividade cultural, as suas estruturas e projectos, os grupos e as pessoas que nela trabalham e a promessa de concretização do direito à cultura para todos, em todo o território nacional. A vida cultural empobrece, adoce e morre. O chão social e organizativo de que depende seca para largo tempo.

Agrava-se também, sempre e crescentemente, a preocupante situação de envelhecimento e não-rejuvenescimento e do inexorável e crescente deficit dos recursos humanos nos organismos públicos dependentes do Ministério da Cultura, tanto ao nível técnico e científico como a nível do atendimento ao público. Este último, especialmente escandaloso quando confrontado com o extraordinário aumento de visitantes em museus e monumentos, mercê do crescimento verificado no sector do turismo.

A proposta de Orçamento do Estado para 2018 confirma a incapacidade de traçar o novo horizonte necessário e urgente. O investimento do Estado na Cultura não aumenta. São propostos cortes em diversas estruturas e os aumentos apoiam-se, em muitas casos, no hipotético aumento de receitas

próprias. Ou o governo aposta num incerto aumento do número de espectadores e de visitas ou tenciona aumentar o preço das entradas nos museus, palácios e monumentos, nos teatros nacionais e noutras estruturas de criação artística a cargo do Estado. Acresce o alto valor das cativações previstas, que têm limitado seriamente a gestão financeira dos organismos e estruturas, e a fraca execução dos orçamentos da cultura ao longo de décadas.

Num quadro de opacidade e de incerteza dos valores da execução, desconhece-se qual a expressão financeira das contrapartidas nacionais necessárias para o recurso a financiamento comunitário.

Tanto no Orçamento, como nas linhas com que se vai cosendo a política cultural deste governo, cresce exponencialmente a aposta na profunda mercantilização de toda a actividade cultural, fazendo depender o financiamento: da cultura de indústrias como o turismo, a restauração e a produção de eventos; do falso mecenato e de interesses empresariais e corporativos; e do agenciamento ideológico, através de programas que impõem temas, formatos e dinâmicas de conteúdo propagandístico.

Acrescem ainda os esforços evidentes e perigosos de desresponsabilização do Estado central dos seus deveres constitucionais de garantia da democracia cultural, na entrega de competências para a esfera regional e local, num país de profundas desigualdades e carências, com a perda de rigor e de exigência, e com dispersão de meios e capacidades.

Decrescem os valores destinados aos salários dos trabalhadores do Estado, fazendo prever que prosseguirá o emagrecimento do serviço público, que dita já hoje a incapacidade de, cumprir a sua missão, com qualidade e em todo o território.

A proposta de Orçamento do Estado para 2018 mantém a cultura no grau zero do financiamento. Espelha assim o nível de indignação da política cultural do governo que prolonga uma história de décadas de desresponsabilização do Estado.

2

A plataforma Cultura em Luta reafirma a sua exigência de uma nova política cultural, assente num esforço determinado de democratização da cultura e de construção de um verdadeiro serviço público de cultura, no estrito cumprimento da Constituição da República.

Reafirmamos a exigência de combate à degradação do trabalho na cultura, investindo no emprego estável e com direitos, designadamente com a reposição das carreiras BAD e dos museus, e no combate sustentado à precariedade, apoiando as estruturas na prossecução desse objectivo.

Reafirmamos a exigência de combate ao trabalho não-remunerado, que alastra, rouba emprego, degrada o tecido social, afecta a sustentabilidade e o futuro da actividade cultural. Para tal, devem ser definidos com clareza e rigor os limites

do trabalho voluntário.

Reafirmamos a exigência de elevação imediata do financiamento para um patamar que o aproxime a passos firmes do 1% do OE até ao final da legislatura, com vista a alcançar gradualmente 1% do PIB para a cultura. Que esse caminho possa ser começado já, na discussão da especialidade do OE.

A plataforma Cultura em Luta não aceita que a engenharia orçamental, a obsessão economicista do défice e limitações inaceitáveis aos imperativos da Constituição da República Portuguesa possam servir de pretexto para não fazer aquilo que tem de ser feito, na cultura como no país.

Reafirmamos a exigência de uma viragem política assente no programa de **12 eixos — Um Horizonte para a Cultura** * Anexo I, firmado no ano passado por mais de 60 estruturas culturais e representativas do trabalho cultural, nacionais, regionais e locais e centenas de personalidades.

3

A plataforma Cultura em Luta apela a todas as organizações e cidadãos, entre as quais as organizações, trabalhadores e activistas da cultura, que subscrevam, divulguem e ponham em prática o seguinte plano de acção:

- 1. Subscrição e divulgação, em todo o país, do presente comunicado conjunto, por todos os meios disponíveis, seja através da sua difusão electrónica, em papel ou através de leituras em locais públicos.**
- 2. Realização de iniciativas próprias de difusão desta posição, de debate e de protesto e de exigência de uma nova política cultural e de um reforço substancial do Orçamento do Estado para 2018.**
- 3. Participação na Acção “A Cultura não se fica!”, no dia 6 de Novembro de 2017, às 18h, no Campo das Cebolas, em Lisboa, ou noutras cidades onde acções idênticas se vierem realizar.**

ANEXO I — UM HORIZONTE PARA A CULTURA: 12 EIXOS PARA UMA VIRAGEM POLÍTICA

Comprometidos com as possibilidades e expectativas geradas no actual quadro político, afirmamos a exigência, a justiça e o sonho de uma viragem política que rompa com décadas de destruição da Cultura, de uma política de democratização, de serviço público, de trabalho com direitos, de espaço e meios para uma Cultura viva, livre e diversa.

Assim, propomos 12 eixos de viragem na política cultural:

1. Cumprimento da Constituição da República: livre acesso de todos à criação e fruição culturais e obrigação do Estado de prover os meios necessários a esse fim.
2. Criação de condições de acesso de todos à prática, à produção e criação cultural e artísticas.
3. Definição e construção de um serviço público de cultura em todo o território nacional.
4. Investimento na escola pública, ampliação e qualificação de uma rede pública nacional de ensino e formação artísticas e apoio ao trabalho das colectividades populares, enquanto promotores de desenvolvimento artístico e cultural.
5. Apoio público relevante à criação artística e literária e criação de condições efectivas de criação, divulgação, difusão e apresentação da produção nacional.
6. Defesa do vasto património cultural à nossa guarda, com a alocação dos meios financeiros, técnicos e humanos necessários, salvaguarda do património ameaçado, contra a sua privatização, e promoção da acessibilidade e divulgação plenas.
7. Defesa e preservação da documentação arquivística e promoção do livre acesso dos cidadãos à informação pública.
8. Defesa do trabalho com direitos, combate intransigente à precariedade e ao trabalho não-remunerado.
9. Aplicação do IVA mínimo nos serviços culturais e na compra de materiais, produtos e instrumentos necessários às actividades culturais.
10. Reconhecimento efectivo do valor sem preço da Cultura: recusa da sua mercantilização generalizada, recusa da desresponsabilização do Estado, não à turistificação e municipalização da Cultura.
11. Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, para todos, e melhoria efectiva das condições de vida do povo português

12. 1% para a cultura — 1% do OE, como patamar mínimo, 1% do PIB como patamar a alcançar gradualmente — a garantia, em sede de orçamento, de condições para um serviço público de Cultura, de condições para a liberdade e a diversidade culturais.

12 de Novembro de 2016

ANEXO II — QUESTÕES SECTORIAIS**ARTES**

OPART: No OPART observa-se um corte de cerca de 2,2 milhões, sendo que metade deste valor será custeado com despesas de pessoal. O que justifica este decréscimo de despesa? Estamos a falar de despedimentos? Falamos de reformas antecipadas? Como se justifica este corte quando cruzado com os anunciados descongelamentos de carreiras e salários? Não terão os trabalhadores do OPART direito a este descongelamento? Como se justifica este corte quando é essencial o reforço das equipas técnicas e o fim dos vínculos precários nesta empresa?

E o restante corte não afastará ainda mais o OPART da sua missão? A Companhia Nacional de Bailado terá apenas 27 apresentações durante 2018, com claro desaproveitamento da potencialidade e diversidade dos seus bailarinos.

CCB: Como se justifica o corte no CCB quando a equipa técnica e de produção continuar a carecer de reforço de trabalhadores? O que representará este corte para o número de produções acolhidas? Continuará o CCB a esquecer a produção própria?

Nacionais D.Maria II e São João: Aumentos de 100 mil euros para cada um. Não será com este valor que as equipas técnicas e artísticas serão reforçadas. Não será com este número que a produção própria irá aumentar e que será possível realizar co-produções com estruturas independentes sem recurso a falsos recibos verdes.

DGArtes: O único e real aumento que se verifica no sector das artes do espectáculo e audiovisual, diz respeito às verbas destinadas aos apoios via DGArtes. Ainda assim, e tendo em conta o baixo grau de execução orçamental da Cultura, será necessário, em 2019, aferir se os 17 milhões anunciados serão realmente aplicados. Ainda assim, este aumento é totalmente insuficiente e está longe de, pelo menos, retomar os valores anteriores aos cortes efectuados no anterior governo PS e no anterior governo PSD/CDS.

ICA: Voltamos a exigir que o ICA conte com financiamento directo do OE, não deixando esta área dependente de uma taxa. Para 2018, tem o governo ainda a hipótese de, na especialidade, destinar verbas estatais para o reforço do cinema e audiovisual, permitindo, por exemplo, que o tecto máximo de apoio público a uma longa metragem, não tenha o mesmo valor que tinha há 15 anos.

PATRIMÓNIO

Enganador aumento de OE da DGPC (3,2 milhões = orçamento estimado para obras na Fortaleza de Peniche).

Diminuição drástica de OE da DGPC — como as receitas (museus e palácios) têm aumentado muito, quer dizer que a contribuição das finanças públicas todos os anos tem diminuído e muito).

Dramática situação ao nível dos recursos humanos, em todos os serviços mas muito especialmente em Museus e Palácios Nacionais (qualquer dia fecham todos e não voltam a abrir tão cedo) - o orçamento prevê o controle absoluto de novos recrutamentos para o Estado com poucas ou nenhuma entradas.

CNANS - problema gravíssimo especialmente nas vertentes recursos humanos e instalação - base orçamental.

Côa - reforço de 400.000€ insuficiente para garantir a mudança de rumo prometida, a valorização integrada daquela infraestrutura, prometida pelo MC e pela secretária de Estado da Ciência.

LIVRO, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Como se justifica o contínuo subfinanciamento do investimento na área dos arquivos e na promoção do livro e da leitura, fora do âmbito das grandes acções de promoção do Estado?

Onde fica contemplada a promessa reiterada pelo Ministro da Cultura, de separação da área das Bibliotecas e do Livro da área dos Arquivos?